

Terceira via: Alternativa a quem?

PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

O modismo da “terceira via” (3ªV), de súbito, conquistou a Europa e tende a se espalhar, não raro como farsa, por países da América Latina, embora ainda de forma tímida, por outros recantos do Terceiro Mundo, como pela África e Ásia. Mas, assim como o neoliberalismo de Thatcher e Reagan não saiu do contexto em que foi gestado para ganhar corpo em outra realidade histórica sem que passasse por várias adaptações, filtragens e mutações, com a 3ªV processo semelhante tende a ocorrer.

À primeira vista, a 3ªV, ao trazer de volta a defesa dos gastos sociais, a distribuição de renda e o intervencionismo, mesmo que de maneira difusa e moderada, elege como seu principal adversário o neoliberalismo, de quem os políticos europeus, há pouco eleitos, fazem esforço para se afastar. De fato, os candidatos da 3ªV, nos principais países europeus em que concorreram – Inglaterra, França e Alemanha à frente –, opuseram-se a governos tidos e havidos como neoliberais, a quem derrubaram em eleições às vezes altamente disputadas. Ao eleitorado, então, despontaram como a alternativa à hegemonia conservadora que se alastrara a partir da década de 70; nos sistemas bipartidários ou quase bipartidários europeus, a esquerda “tradicional” – dos comunistas à social-democracia – foi gradualmente afastada da política oficial, fenômeno concomitante à crise do fordismo e do *Welfare State*, e coroado definitivamente com a derrocada da União Soviética e o conseqüente fim da Guerra Fria.

Não se pode negligenciar tais fatos, pois o ponto de partida da ideologia da 3ªV é a constatação, aceita como definitiva, do fim do socialismo.

O real é o que se impõe como tal, ensina a tradição hegeliana. Não adianta subestimar ou querer desqualificar o fato de os principais políticos da 3ªV terem sabido com maestria apresentar-se ao eleitorado como “a” alternativa, num contexto evidente de desânimo e de

descrença na política como instrumento de mudança, apresentando-se como a alternativa “viável”, “soft” e “moderna”, bem ao gosto do pós-modernismo. A diferença entre eles – como do propalado lado “autêntico” de Jospin em contraste com a moderação de Blair –, não apaga o fato de que antes de representar a vitória de uma nova opção ou ideologia, houve mais claramente a rejeição do eleitorado ao continuísmo. Restrito às opções que lhe ofereciam, o eleitorado deu veia a um protesto moderado e pacífico ao neoliberalismo, que foi se alastrando pela Europa: antes de escolher uma alternativa, revelou o que não queria. Como muitas vezes ocorre em política, e não raro em outras esferas da vida cotidiana, sabe-se com mais exatidão o que não se quer do que aquilo que realmente está-se buscando.

Mas certamente haverá quem possa entender essa linha interpretativa como simplista, permeada de tendenciosidade *ex-ante*, já que descarta sumariamente a relação da 3ªV com algo semelhante a opção “positiva”, definindo seu êxito não por seus possíveis atributos virtuosos e mais pelo oportunismo em capitalizar o fracasso do adversário. Mas a construção analítica parece não tão sectária ao se constatar que seus principais líderes saíram de dentro dos partidos sociais-democratas, trabalhistas ou socialistas que haviam sido hegemônicos do pós-Segunda Guerra a meados dos anos 70, capitaneando um bloco de esquerda que se havia afirmado no parlamentarismo europeu e que entrara em decadência com o neoliberalismo. Não se trata de líderes provindos de movimentos ou organizações emergentes, até então à margem da política: na maioria das vezes derrotaram em convenções partidárias os políticos “antigos”, propondo “renovar” as práticas e a ideologia partidárias, responsabilizando àqueles pelas derrotas e pela conseqüente ascensão dos governos conservadores.

Esta oposição interna foi regra em todos os partidos sociais-democratas, trabalhistas e socialistas reformistas da Europa após as vitórias conservadoras. Sua importância é crucial para o entendimento da 3ªV. Em primeiro lugar, repetindo, por ter sido a forma possível, no contexto de sistemas partidários e político-eleitorais consolidados, de canalização do descontentamento do eleitorado. Em segundo, porque esta foi a gênese da construção da 3ªV, a forma com que foram moldados seu discurso e sua prática política, tendo como principal adversário os segmentos e alas mais à esquerda de seus partidos, via de regra os “antigos” intervencionistas, espectro que reúne desde os keynesianos moderados da Alemanha aos marxistas que restaram no

Partido Trabalhista inglês. Assim, antes de submeter-se ao eleitorado, Blair teve de vencer dentro de seu próprio partido, articular um discurso e formar alianças internas que afastasse a moderada “perspectiva do socialismo” a longo prazo do Partido Trabalhista, num enfrentamento com as correntes sindicais e com as facções minoritárias ideologicamente mais radicais. Da hegemonia partidária para consubstanciar-se como proposta vencedora no conjunto do eleitorado não demorou muito tempo, mesmo porque ambas correm conjuntamente e confundem-se numa mesma práxis política.

Essa marca “genética” da 3ªV a define na correlação de forças, emprestando-lhe significado e razão de ser. Trata-se de terceira via com relação a quem? Lembrar que o fascismo também se apresentava como terceira opção entre liberalismo e socialismo nada acrescenta ao debate, pois isto nada tem a ver com a atual 3ªV. Entretanto, tem a ver o fato de certamente não dizer mais respeito às questões que acompanharam a esquerda ao longo de sua história: “anarquismo *versus* socialismo”, “socialismo revolucionário *versus* evolucionário”, “reforma *versus* revolução”. Não é novo o fato de, entre divisões marcantes do movimento operário, aparecer uma corrente voltada a evitar a polarização, propondo-se como síntese e apelando a uma retórica conciliatória, advogando que o resgate dos “pontos positivos” de cada lado.

A atual 3ªV não difere das anteriores por se auto-intitular “meio-termo”, no “centro” do espectro político – isto é praticamente aspecto comum a todas elas. Difere, todavia, das anteriores fundamentalmente por não ter partido como proposta de conciliação de duas correntes em embate dentro da esquerda, mas de procurar algo intermediário entre uma corrente da esquerda e o neoliberalismo. Estranho é o fato de, neste contexto, concentrar sua crítica nas tendências à esquerda do que queria conciliar, enquanto a globalização, a soberania absoluta do mercado e o neoliberalismo são tidos como *dados*, posto que concebidos como realidade “inexorável”. É bem verdade que os defensores da 3ªV também criticam o capitalismo sem freios, à la Thatcher e Reagan, mas centram-se nos seus resultados nefastos, posto que jamais questionam seus fundamentos. Fruto de contexto histórico muito bem definido – crise do fordismo, declínio da União Soviética, fim do socialismo no Leste Europeu, crise da social-democracia e do keynesianismo –, a 3ªV nasce e se desenvolve em ambiente ultraconservador capaz de permitir ao imaginário tê-la como a esquerda *possível*, o reformismo

realista, o intervencionismo *desejável*: não faltam adjetivos de conotação positiva, apelando sempre ao bom senso, à política “com pés no chão”, ensaiando uma rebeldia bem-comportada, por paradoxal que possa parecer esta expressão.

Assim sendo, os grandes nomes da 3ªV (Blair, D’Alema, Jospin e Schroeder) acabam restringindo suas ações, no mundo factual, à necessidade de políticas sociais; mas para isso precisar-se-ia de uma ideologia nova, uma nova “via”? A democracia cristã, mesmo em sua vertente conservadora europeia, inspirada nas encíclicas pontifícias, há anos defende políticas sociais para corrigir os “males” do liberalismo; até a teoria neoclássica, nas versões mais modernas, admite intervenções para corrigir as falhas de mercado; não esqueçamos que a idéia de um imposto de renda negativo vem do monetarismo de Chicago. Não é à toa que até Clinton se diga adepto da 3ªV, embora vinculado à ala mais conservadora do Partido Democrata, agremiação cujo horizonte ideológico sempre foi o liberalismo, e que mesmo no auge do *Welfare State* o máximo de concessão foi adotar o intervencionismo *light* que Joan Robinson denominou “keynesianismo bastardo”, nunca podendo ser rotulado, à luz do espectro político europeu, de social-democrata.

Se nenhuma “terceira” via é neutra, posto que este adjetivo em política requer as precauções sobejamente conhecidas, atualmente abandona de vez a proposta reformista, seja na prática ou no discurso. Até a proposta de Leão XIII, na *Rerum Novarum*, de buscar um meio-termo entre o “capitalismo materialista e o comunismo ateu” parece mais radical, pois, afinal, este defendia leis sociais e reformas, enquanto os atuais líderes da 3ªV não pretendem rever praticamente nenhuma das políticas dos governos conservadores que os antecederam. Assim, já que o socialismo é dado como morto, trata-se de uma 3ªV entre neoliberalismo e social-democracia, mas ficando bem claro que o primeiro é forte, está em consonância com a marcha da história e tem projeto, enquanto a segunda agoniza e não tem futuro.

Assim, a 3ªV acaba reconhecendo e legitimando apenas seus adversários à direita – algo que o reformismo social-democrata, mesmo em suas versões mais *light*, nunca ousou fazer.